

ISSN 2595-5934



PERIODICIDADE
MENSAL

JUN 2026 EDIÇÃO
Nº98

IDIOMAS
PORTUGUÊS E INGLÊS



QUALIS B3



CAPES

A INFLUÊNCIA DA KU KLUX KLAN NA EDUCAÇÃO NORTE-AMERICANA THE INFLUENCE OF THE KU KLUX KLAN ON NORTH AMERICAN EDUCATION

APRILE, César Alexandre da Silva¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar e compreender como a Ku Klux Klan, uma das maiores organizações supremacistas brancas da história, influenciou a educação dos Estados Unidos ao longo de sua existência. Serão explorados os métodos e estratégias utilizados pela organização para disseminar suas ideologias racistas dentro do sistema educacional, bem como a reação de algumas dessas instituições diante dessa influência. Além disso, o artigo abordará como a Ku Klux Klan chegou a ter, por um período, uma própria instituição educacional para impor seu posicionamento ideológico, analisando como essa prática pode ser interpretada como uma forma de controle cultural e doutrinação racial no âmbito escolar.

Palavras-chave: ku klux klan; supremacia branca; educação nos estados unidos; racismo institucional; doutrinação ideológica.

ABSTRACT

The present article aims to analyze and understand how the Ku Klux Klan, one of the largest white supremacist organizations in history, influenced the education system of the United States throughout its existence. The methods and strategies used by the organization to disseminate its racist ideologies within the educational system will be explored, as well as the reaction of some of these institutions to such influence. Furthermore, the article will address how the Ku Klux Klan, for a period, even had its own educational institution to impose its ideological stance, analyzing how this practice can be interpreted as a form of cultural control and racial indoctrination within the school environment.

Keywords: ku klux klan; white supremacy; education in the united states; institutional racism; ideological indoctrination.

1 INTRODUÇÃO

A Ku Klux Klan é uma organização fundada no pós-Guerra Civil Americana, em 24 de dezembro de 1865, na cidade de Pulaski, Tennessee (LESTER; WILSON; FLEMING, 2010, p. 19). Inicialmente, era concebida como um clube social formado por seis veteranos confederados: Capitão John C. Lester, Capitão John B. Kennedy,

¹ Graduação em História pela Universidade Cidade de São Paulo. Pós-Graduação em Psicopedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul. E-mail: cesaraprile9@gmail.com

Capitão James R. Crowe, Frank O. McCord, Richard R. Reed e J. Calvin Jones (GORMAN, 2016).

Segundo Gorman (2016), alguns especialistas defendem que as primeiras ações da Klan tinham como objetivo ajudar veteranos no pós-guerra e, no máximo, “pregar peças” nos ex-escravizados negros. Contudo, narrativas historiográficas mais recentes apontam que, mesmo que isso seja verdade, em pouquíssimo tempo a organização se radicalizou:

Algun tempo depois de sua fundação (as estimativas variam de 6 semanas a um ano), as brincadeiras foram substituídas pela violência com o objetivo de manter a supremacia branca e resistir ao que muitos sulistas brancos viam como uma ocupação hostil por tropas do norte (GORMAN, 2016).

A Ku Klux Klan rapidamente se tornou a primeira organização terrorista dos Estados Unidos (BULLARD, 1998, p. 6). No entanto, foi apenas no verão de 1867, durante a Convenção em Nashville, que a Klan foi formalmente estruturada como o “Império Invisível do Sul”, com Nathan Bedford Forrest tornando-se o primeiro líder oficial da organização (WILLS, 1992, p. 336). Nesta primeira fase da Ku Klux Klan, a organização apresentava características bastante distintas daquelas que posteriormente se tornariam amplamente conhecidas. Não havia, nesse período, um padrão de vestimenta semelhante à tradicional túnica branca; além disso, a Klan operava como uma sociedade secreta, cujo objetivo central era combater líderes brancos do Norte, simpatizantes do Sul e negros politicamente ativos (MARTINEZ, 2007, p. 24).

Todavia, com o passar dos anos e o agravamento da violência no Sul, o então presidente Ulysses S. Grant sancionou o Ku Klux Klan Act, também conhecido como Enforcement Act of 1871, uma lei aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos com o objetivo de reprimir as atividades paramilitares e vigilantes da Ku Klux Klan. Esse ato conferiu ao presidente a autoridade para mobilizar tropas federais contra a Klan, bem como suspender o mandado de habeas corpus, permitindo prisões sem acusação formal (BLACKBURN, 2024, p. 352).

Entretanto, é importante destacar que a dissolução oficial da Ku Klux Klan já havia sido anunciada por Nathan Bedford Forrest em 1869, sob o argumento de que

a organização estava sendo pervertida de seus propósitos originais, que ele considerava honrosos e patrióticos, tornando-se prejudicial, em vez de subserviente à paz pública (WADE, 1987, p. 59). Todavia, isso não significa que seus membros, de fato, obedeceram a tais ordens; a dissolução foi gradual e lenta (HORN, 1939, p. 360).

Ainda que muitos integrantes não tenham respeitado as determinações de Forrest, eles foram, em grande parte, suprimidos pelas tropas federais. Ao longo da primeira metade da década de 1870, a Ku Klux Klan encerrou suas atividades na Carolina do Sul (WADE, 1987, p. 102) e acabou desaparecendo com o passar dos anos, especialmente devido à onda de acusações lideradas pelo procurador-geral Amos Tappan Ackerman, que atuou firmemente para fazer valer a justiça contra os membros da Klan (WADE, 1987, p. 109). Assim, encerrava-se a primeira fase desta organização.

No entanto, a Klan não desapareceu completamente; na verdade, ela se transformou em um símbolo para muitos sulistas americanos, a tal ponto que inspirou o escritor Thomas Dixon Jr. a publicar, em 1905, o romance “The Clansman: A Historical Romance of the Ku Klux Klan”. A obra não apenas romantizava a origem da Klan, mas também vilanizava os negros e os nortistas. Um exemplo claro disso é a personagem Austin Stoneman, inspirada em Thaddeus Stevens, um dos mais importantes líderes republicanos durante a Era da Reconstrução, integrante da ala radical do Partido Republicano, defensor da abolição da escravidão e da luta contra a discriminação dos negros americanos (ANDREASEN, 2000, pp.75–81).

Na narrativa de Dixon Jr., Stoneman é retratado como um traidor racial, vingativo e sedento por poder. O próprio autor, em seu prólogo, afirmou que seu romance era “histórico”:

Procurei preservar neste romance tanto a letra quanto o espírito deste período notável. Os homens que encenam o drama da vingança feroz no qual teci uma dupla história de amor são figuras históricas. Apenas mudei seus nomes, sem tomar a liberdade de mencionar qualquer fato histórico essencial (DIXON, 2007, p. 4).

Ou seja, há uma tentativa clara de Thomas Dixon Jr. de criar uma narrativa pró-Klan, conferindo à organização características que em nada se assemelhavam àquela primeira Klan ou mesmo à forma como ela era efetivamente percebida.

Segundo o próprio autor, em entrevista ao *The New York Times*, cerca de 18 milhões de sulistas apoiavam suas crenças (DIXON, 1905). Sendo ou não essa uma alegação exagerada, o fato é que a obra alcançou sucesso suficiente para ser adaptada ao cinema, resultando, em 1915, no polêmico filme “O Nascimento de Uma Nação”, que amplificou ainda mais a mitologia em torno da Ku Klux Klan, dirigido pelo cineasta D.W. Griffith.

O filme foi um sucesso tão grande que chegou a ser exibido na Casa Branca, ocasião em que o então presidente Woodrow Wilson o assistiu. Trata-se, inclusive, do primeiro filme a ser exibido na Casa Branca (EBERT, 2003). Na época, o presidente americano foi citado como tendo elogiado a obra, mas, pouco tempo depois, por meio de uma carta, o então secretário de Wilson, Joseph Patrick Tumulty, escreveu à filial de Boston da NAACP (Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor) afirmando que o presidente desconhecia completamente a natureza da peça antes de sua apresentação e que, em nenhum momento, expressou sua aprovação (EBERT, 2003).

Contudo, é importante destacar que Woodrow Wilson foi uma figura bastante polêmica para sua época, sobretudo por registros públicos de políticas abertamente racistas e por ter incluído em seu gabinete diversos segregacionistas (FONER, 2006). Assim, é difícil afirmar com certeza se Wilson teve uma visão positiva ou negativa do filme ou se concordava com seu conteúdo.

O que se sabe é que tanto o livro de Thomas Dixon Jr., quanto o filme de D.W. Griffith, juntamente com as condições materiais vigentes naquele período, criaram um ambiente perfeito para o renascimento da Ku Klux Klan. Diferente da primeira Klan, que foi uma manifestação da indignação no Pós-Guerra Civil, somada ao ideal escravagista e misticista da época, mas que acabou sendo amplamente combatida pelo governo federal, a Klan renasceu com muito mais força.

Agora, não se restringia apenas a um grupo de sulistas indignados, mas atraía uma massa gigantesca da população norte-americana, influenciando diversos segmentos dos Estados Unidos. Esse renascimento foi simbolizado no dia 25 de novembro de 1915, quando o então Imperial Wizard (líder supremo) William J. Simmons realizou a primeira queima de cruz no topo da Stone Mountain, na Geórgia, marcando oficialmente a volta da Ku Klux Klan (TIME, 1965).

Essa segunda fase da Ku Klux Klan foi muito mais forte e popular, com seu auge ocorrendo entre os anos de 1920 e 1925, quando chegou a ter até 6 milhões de membros, configurando-se como uma das maiores, senão a maior, organização supremacista branca que já existiu (MCVEIGH, 1999, p. 1463). Naturalmente, sua influência foi gigantesca.

No âmbito político, destacaram-se figuras como Clifford Walker, 64º governador da Geórgia, eleito pelo Partido Democrata, que governou de 1923 a 1927, com sua vitória amplamente apoiada pela Ku Klux Klan (LUCKET, 2006). Além dele, outras figuras políticas importantes foram associadas à organização, como Theodore G. Bilbo, senador dos Estados Unidos pelo Mississippi, que declarou ser membro da Ku Klux Klan (HINTON, 1946, p.14).

Além disso, segundo uma reportagem do The Washington Post, em 1930, a Ku Klux Klan reivindicava ter influência sobre 11 governadores, 16 senadores e 75 congressistas, distribuídos entre os partidos Republicano e Democrata (MENDELSON, SHULMAN, 2018).

Ou seja, politicamente, a Ku Klux Klan exercia um poder gigantesco neste período, e não seria diferente no campo da educação, um dos principais instrumentos para a perpetuação de ideologias e valores sociais. De fato, é justamente na estrutura educacional que a Klan encontrou terreno fértil para disseminar sua visão de mundo, influenciando currículos, políticas públicas e até mesmo o ambiente escolar. É nesse contexto que se torna indispensável compreender como a educação foi mobilizada como uma ferramenta estratégica de reforço da supremacia branca e da segregação racial.

2 EDUCAÇÃO, PODER E INFLUÊNCIA

Quando se fala em educação, não se trata apenas da sala de aula, da escola ou das instituições de ensino superior, mas também da família. Ou seja, são múltiplos atores, sendo a família, em especial, a que possui a obrigação legal e moral de garantir o desenvolvimento e a educação de seus filhos (ZAGURY, 2006, p. 175).

A família desempenha um papel fundamental na educação, pois é a primeira educadora da criança, tendo a responsabilidade pelos primeiros passos dados por ela (SZYMANZKI, 2003, p. 22). Mas qual é a relação entre a família e a escola? Ambas possuem interesses em comum, embora com diferenças sutis:

As famílias podem desenvolver práticas que venham a facilitar a aprendizagem na escolar (por exemplo: preparar para a alfabetização) e desenvolver hábitos coerentes com os exigidos pela escola (por exemplo: hábitos de conversação) ou não... (SZYMANZKI, 2003, p.101).

Ou seja, a família tem um papel essencial no processo educativo, mesmo dentro do ambiente escolar, pois realiza algumas intervenções no processo educacional da criança que geram grandes mudanças em seu comportamento e aprendizado. Da mesma forma, a escola precisa da presença dos pais, para que possa identificar as dificuldades que a criança enfrenta dentro e fora do ambiente escolar. O ideal seria que pais, professores e comunidade estreitassem seus laços, tornando a educação um processo coletivo (MARANHÃO, 2004, pp. 89-90).

Todavia, vale destacar que, nesse cenário ideal, não se estão considerando aspectos fundamentais, como a religiosidade, as ideologias e outros fatores externos e internos, que tornam essa relação cada vez mais complexa e problemática. Um exemplo expressivo ocorreu em um distrito do estado de Utah, nos Estados Unidos, onde algumas escolas primárias e secundárias proibiram a Bíblia após a aprovação, em 2022, de uma lei pelo governo republicano que proíbe livros “pornográficos ou indecentes” nas escolas (GONÇALVES et al., 2024). A medida gerou forte oposição de muitos pais, especialmente em razão do contexto religioso do estado, marcado pela predominância histórica do cristianismo, em particular da Igreja de Jesus Cristo

dos Santos dos Últimos Dias, que exerce influência social e cultural significativa em Utah (LOPEZ et al., 2021).

Esse episódio evidencia um conflito de interesses: enquanto a escola adota uma postura crítica em relação ao uso da Bíblia no ambiente educacional, muitas famílias, em um estado de maioria cristã, interpretam a situação de forma oposta. O principal fator que impulsiona esse embate é a religião. Esse caso ilustra que não podemos guiar a realidade pelo ideal; é necessário compreendê-la de maneira analítica e crítica, reconhecendo como elementos históricos, sociais, ideológicos, religiosos e culturais moldam as relações no campo da educação.

Analisemos, neste primeiro momento, como tais influências se manifestam nas escolas. As instituições escolares estão sob constante pressão e expostas a influências externas que moldam seu funcionamento e valores. Essas influências podem incluir políticas públicas, meios de comunicação, movimentos sociais e outras forças que impactam diretamente o ambiente escolar (SALISBURY; RICHARD, 2025).

Além disso, dentro de um sistema social mais amplo, as escolas atuam como transmissoras das ideologias dominantes, conforme teorizou o filósofo francês Louis Althusser, ao introduzir o conceito de “Aparelhos Ideológicos do Estado”. Nesse modelo, a escola desempenha um papel central na reprodução da ideologia hegemônica (ALTHUSSER, 1985).

Assim, a escola pode reproduzir as ideologias dominantes por meio de suas práticas pedagógicas e curriculares. Ela transmite uma série de valores, “gravando, à força de repetições, sem demonstrações ou com argumentos falsos, certas ideias capitais, favoráveis ao regime burguês, no cérebro das crianças, dos adolescentes, dos adultos”, as quais, aos poucos, vão se tornando “verdadeiros dogmas indiscutíveis” (OITICICA, 2006, p. 53).

Porém, não são apenas os aspectos ideológicos que influenciam a educação; os aspectos econômicos também desempenham um papel fundamental nesse processo, como se evidencia na decisão de extinguir a licenciatura em Linguística na USP. Esse caso manifesta claramente o pragmatismo de um tempo em que os saberes são desprezados em prol daquilo que gera ou não lucro. Ou seja, dentro da

lógica do mercado de trabalho, prioriza-se a inserção imediata desses estudantes no mercado, conduzindo à barbárie da utilidade, um passo a mais rumo à destruição da educação. Isso é ainda mais alarmante, considerando que estamos falando da maior e mais importante universidade do Brasil (AMARANTE, 2025).

Ou seja, a escola e seus agentes não são entidades neutras. Estão sob constante influência ideológica, econômica, política e social, vinculadas aos interesses do Estado, que, por sua vez, não se limita apenas à imposição da ideologia dominante, mas também atua em favor dos grupos econômicos envolvidos, chegando, inclusive, a promover profundas transformações nas principais instituições acadêmicas do Brasil.

Porém, não é só no Brasil que tal projeção governamental afeta diretamente as decisões das instituições educacionais. Em maio de 2025, o governo americano, sob a presidência de Donald Trump, tentou proibir que a prestigiada Harvard aceitasse estrangeiros, alegando que a universidade “promove simpatias pró-Hamas” e utiliza políticas “racistas” de diversidade, equidade e inclusão (FARRAR, 2025). Embora a juíza distrital Allison D. Burroughs tenha concedido uma ordem temporária contra o decreto federal, o perigo ainda existe, e Trump continua suas ameaças à instituição, especialmente contra os estrangeiros (ESTEVES, 2025).

Ou seja, mesmo nos EUA, o Estado tem amplo poder para influenciar até mesmo uma instituição do prestígio de Harvard, o que reforça o quão frágil é a educação institucional. Assim, escolas e universidades são influenciadas não só pelas ideologias ou grupos envolvidos, mas também pela força coercitiva do Estado.

Tal crítica ao Estado é fundamentada por Engels, que argumenta, em Anti-Dühring, que o Estado surge como uma instituição essencialmente ligada à organização e à manutenção das condições de produção pela classe dominante, exercendo papel crucial na subjugação da classe explorada ao longo de diversos modos de produção:

A sociedade anterior, que se movia em antagonismos de classes, precisava do Estado, isto é, de uma organização da respectiva classe exploradora para manutenção das suas condições exteriores de produção, nomeadamente, portanto, para a repressão violenta da classe explorada nas condições de opressão dadas pelo modo de produção vigente (escravidão, servidão feudal,

trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sùmula desta num corpo visível, mas era-o apenas na medida em que era o Estado daquela classe que representava ela própria, para o seu tempo, toda a sociedade: na Antiguidade o Estado dos cidadãos proprietários de escravos, na Idade Média da nobreza feudal, no nosso tempo da burguesia. Ao tornar-se, por fim, efectivamente, representante de toda a sociedade, a si próprio se torna supérfluo. Assim que deixa de haver uma classe social a manter na opressão, assim que são eliminados, a par do domínio de classe e da luta, fundada na anarquia da produção anteriormente existente, pela existência individual, também as colisões e excessos deles resultantes, já nada mais há a reprimir que torne necessária uma força especial para a repressão, um Estado. O primeiro acto em que o Estado surge realmente como representante de toda a sociedade — a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade — é, ao mesmo tempo, o seu último acto autónomo como Estado. A intervenção de um poder de Estado em relações sociais torna-se supérflua num domínio após outro, adormecendo, então, por si próprio (ENGELS, 1877).

Atualmente, acerca do ambiente doméstico na formação educacional. Ao tratarmos da configuração familiar, é necessário examinar os componentes que a constituem e impactam seus integrantes, como, por exemplo, a espiritualidade, que é um aspecto essencial de ser compreendido, especialmente para entendermos a influência da Ku Klux Klan, que frequentemente recorre ao protestantismo em seus pronunciamentos de intolerância como instrumento para justificar suas práticas (PETERSEN, 2004, p.89).

A fé desempenha um papel significativo nos núcleos familiares, funcionando como um sistema de convicções e rituais que orienta a convivência doméstica e molda a construção de princípios e condutas (DOLLAHITE; MARKS, 2019). Além disso, a vivência religiosa pode consolidar os vínculos familiares, promovendo um sentimento de coletividade e inserção. As famílias podem engajar-se em atividades espirituais conjuntas, como celebrações litúrgicas, cerimônias, preces e festividades, o que favorece a edificação de uma identidade familiar partilhada (DOLLAHITE; MARKS, 2019).

Outrossim, a fé pode fomentar um senso de solidariedade, tanto no interior da família quanto no meio religioso. As famílias podem encontrar amparo e conforto em suas práticas espirituais e na participação em eventos religiosos com outros membros da coletividade (PARGAMENT, 1997).

Mas qual é a relevância disso? Em síntese, a espiritualidade funciona como um alicerce essencial para a estruturação dos princípios familiares, refletindo diretamente na forma como os pais educam seus filhos, transmitindo valores que impactarão sua formação educacional e social.

Nesse sentido, a religião, que é um dos elementos centrais na configuração da Ku Klux Klan enquanto organização, é transmitida por gerações, promovendo uma interpretação religiosa particular que legitima, inclusive, práticas extremistas, como a perseguição a católicos e judeus (CASH, 1941, p. 337).

Além disso, há a dimensão ideológica. A família, enquanto agente primário de socialização, exerce um papel fundamental na formação do indivíduo, moldando seu sistema de crenças, atitudes e comportamentos (PRATTA, SANTOS, 2007). Contudo, esse processo é bidirecional: a família não apenas transmite ideologias, mas também é por elas influenciada (PRATTA, SANTOS, 2007).

Ou seja, os progenitores, ao transmitirem seus valores ideológicos aos filhos, também acabam sendo moldados por essas mesmas crenças. Assim, a família constitui-se como o principal meio de perpetuação de valores, crenças, normas e padrões comportamentais, sejam eles ideológicos, culturais, políticos, éticos, morais ou religiosos. Estes elementos desempenham papel determinante na formação da identidade, tanto individual quanto coletiva, especialmente dos filhos, enquanto jovens que estão em processo de construção identitária, fortemente influenciados pelas interações familiares, experiências compartilhadas e valores assimilados (PRATTA, SANTOS, 2007).

Dessa forma, percebe-se que a família, orientada por sistemas religiosos e ideológicos, é fundamental para a reprodução e manutenção de valores que estruturam organizações como a Ku Klux Klan. Essa dinâmica é ainda mais evidente quando observamos a maneira como a Klan, para além do ambiente familiar, atua diretamente sobre instituições educacionais, segundo sua visão de mundo.

3 A KU KLUX KLAN E A EDUCAÇÃO

A segunda fase da Ku Klux Klan, como vimos anteriormente, contava não apenas com milhões de membros, mas também com expressivo poder político, o que conferiu à organização grande prestígio e influência em diversos setores da sociedade americana, incluindo a educação.

Um exemplo emblemático é a Universidade Lanier, localizada no atual bairro de Morningside-Lenox Park, em Atlanta, Geórgia. A instituição foi fundada em 1917 pelo pastor batista Charles Lewis Fowler, mas, devido a dificuldades financeiras, acabou sendo adquirida pela Ku Klux Klan em 1921, sob a liderança de Nathan Bedford Forrest II, neto do primeiro líder da Klan, de mesmo nome (STRAIN, 1981). O objetivo da compra foi explícito:

A ideia central envolvida nesta proposição da operação da Universidade Lanier pelos Cavaleiros da Ku Klux Klan é fazer o que poucas universidades estão fazendo neste país, que é ensinar o americanismo puro (FORREST, 1921).

Essa proposta estava acompanhada da denúncia de que as principais universidades americanas estariam formando “socialistas, cínicos e ateus” (FORREST, 1921). Não por acaso, William J. Simmons, fundador da segunda Klan, foi professor desta instituição (DYER, 1978), o que evidencia o projeto deliberado de instrumentalizar a educação para reforçar e perpetuar a ideologia da Klan.

A Universidade Lanier, contudo, faliu em menos de um ano e, em 1949, foi adquirida pela Congregação Shearith Israel, sendo transformada em uma sinagoga (STRAIN, 1981). Ainda assim, essa experiência evidencia o quão influente a Ku Klux Klan foi, a ponto de não ter enfrentado qualquer impedimento legal para controlar uma instituição educacional e utilizá-la como veículo para disseminar suas ideologias, criando um ambiente propício à sua influência doutrinária.

O que, de fato, inviabilizou o projeto não foram barreiras políticas ou jurídicas, mas questões econômicas; caso contrário, é plausível supor que a Universidade teria seguido os objetivos que Forrest havia proposto.

A presença da Ku Klux Klan nas instituições americanas não se limitou ao ambiente externo. Entre 1919 e 1926, a Universidade de Wisconsin-Madison contou com duas organizações estudantis que adotaram o nome “Ku Klux Klan” (KANTROWITZ, ROSE, 2018, p.10). A primeira dessas era composta por estudantes de grande influência no campus, incluindo presidentes das turmas sênior e júnior, membros do senado estudantil, do tribunal estudantil, do conselho do anuário Badger, de comitês como o do baile de formatura, do homecoming, das tradições universitárias, do Conselho Religioso do Campus, além de quase todos os integrantes das equipes esportivas de varsity e das companhias teatrais (KANTROWITZ, ROSE, 2018, p.10). Eles também ocupavam cargos de liderança no conselho da União Estudantil, no gabinete do YMCA, no comitê de arrecadação de fundos da Memorial Union, no conselho atlético e no jornal Daily Cardinal (KANTROWITZ, ROSE, 2018, p.10).

Embora não haja evidências concretas de que esse grupo estivesse ligado aos Cavaleiros da Ku Klux Klan, organização nacional fundada por William J. Simmons em 1915, a escolha do nome indica uma identificação ou pelo menos uma homenagem à primeira Klan da Era da Reconstrução, cujo legado e violência haviam sido reanimados cultural e institucionalmente no início do século XX (KANTROWITZ, ROSE, 2018, pp.10-11).

O registro histórico sobre as atividades dessa organização é limitado, mas o historiador Timothy Messer-Kruse encontrou indícios de que seus membros participaram, na primavera de 1921, de uma ação extraoficial contra vendedores ilegais de bebidas alcoólicas no bairro Greenbush, durante a Lei Seca (KANTROWITZ, ROSE, 2018, p.11). Esses estudantes lideraram a investigação, coletaram depoimentos para obtenção de mandados, e, ignorando a polícia local, convocaram agentes federais para realizar prisões e confiscaram grandes quantidades de álcool (KANTROWITZ, ROSE, 2018, p.11).

Ou seja, essa primeira Klan universitária operava publicamente, sem máscaras ou segredo, como uma sociedade interfraternidade composta por estudantes socialmente influentes, que efetivamente se identificavam como membros da Klan,

refletindo a continuidade e a influência do legado da Ku Klux Klan na sociedade americana daquela época e que se entrelaçou inclusive, na educação americana.

Porém, o segundo grupo da Ku Klux Klan que surgiu na Universidade de Wisconsin-Madison foi objetivamente um produto direto dos Cavaleiros da Ku Klux Klan de Simmons (KANTROWITZ, ROSE, 2018, p.11). No outono de 1922, quando os Cavaleiros da Klan começaram a recrutar novos membros dentro do próprio campus, a administração universitária não tomou nenhuma medida contra essas ações, o que resultou no recrutamento de muitos estudantes e professores (KANTROWITZ, ROSE, 2018, p.11).

Em 1924, foi oficialmente criada essa nova organização estudantil, controlada inteiramente pela Klan, intitulada Kappa Beta Lambda, abreviada como KBL, que significa “Klansmen Be Loyal”, “Cavaleiros, Sejam Leais” (KANTROWITZ, ROSE, 2018, p.11). Um jornal da Ku Klux Klan em Milwaukee elogiou o compromisso desse grupo com os princípios da Klan de “Supremacia Branca, Restrição da Imigração Estrangeira, Lei e Ordem” (KANTROWITZ, ROSE, 2018, p.11).

Embora houvesse diferenças, também existiam semelhanças entre os dois grupos. A primeira semelhança é que ambos eram compostos por homens protestantes nativos, que reconheciam sua afiliação com orgulho e publicamente. Entretanto, a principal diferença estava no status social:

Messer-Kruse argumenta que o primeiro grupo tinha status mais alto, composto desproporcionalmente por estudantes de artes liberais de fora de Wisconsin e incluía alguns dos estudantes mais socialmente proeminentes e influentes do campus. O segundo grupo, por sua vez, era composto principalmente por estudantes de engenharia e agricultura de Madison, bem como de áreas rurais e pequenas cidades de Wisconsin (KANTROWITZ, ROSE, 2018, p.11).

A Kappa Beta Lambda foi extinta em 1926, em decorrência da queda da Ku Klux Klan na região, enquanto o primeiro grupo mudou seu nome para “Tumas”, embora o motivo dessa mudança seja incerto, e permaneceu ativo por alguns anos (KANTROWITZ, ROSE, 2018, p.11).

Porém, a influência da Ku Klux Klan na educação não envolvia somente sua presença ou deter temporariamente uma universidade em suas mãos. Ela também se expressou, de maneira mais ampla e estrutural, no apoio político e ideológico à centralização da educação pública como um instrumento de homogeneização cultural e racial (HAMBURGER, 2025). O projeto da Klan, ao defender a criação de um Departamento Federal de Educação na década de 1920, visava consolidar o sistema escolar público como espaço de “reamericanização”, ou seja, de assimilação forçada dos filhos de imigrantes às normas culturais do protestantismo anglo-saxão dominante (HAMBURGER, 2025).

Esse apoio da Klan a políticas educacionais federais demonstra que sua influência não se restringia a atos locais ou episódicos, mas fazia parte de uma estratégia nacional de moldar a sociedade americana conforme os seus ideais nativistas e supremacistas (HAMBURGER, 2025). O mago imperial Hiram Evans foi explícito ao afirmar que:

Pegaremos todas as crianças da América e as colocaremos na escola pública da América... Construiremos um povo homogêneo, trituraremos os americanos como carne em um moedor (HAMBURGER, 2025).

Este é o aspecto educacional institucional, é claro, que quando falamos sobre a questão da educação além das escolas e universidades, trabalharmos em cima dos jovens dentro da organização, principalmente dentro da comunidade e da família, isso é ainda mais sério, por segundo Erin Blakemore (2019), o ódio era uma questão de família. Mas o que isso significa?

A Ku Klux Klan estruturou sua atuação não apenas como uma organização de militantes adultos, mas como uma comunidade que envolvia integralmente esposas e filhos, desde o nascimento até a morte, em rituais, atividades e valores supremacistas (BLAKEMORE, 2019).

As crianças eram inseridas na KKK desde muito cedo, por meio de batismos em massa e participação em clubes infantis e juvenis, como o “Ku Klux Klan Júnior”, o “Tri-K-Klub” e os “Ku Klux Kiddies” (BLAKEMORE, 2019). Esses grupos promoviam a socialização das crianças dentro da ideologia da supremacia branca, com o objetivo

explícito de perpetuar a intolerância e o racismo através das gerações (BLAKEMORE, 2019).

Além disso, as mulheres, mães dessas crianças, também desempenhavam um papel ativo e estratégico na KKK, participando de grupos organizados e contribuindo para a disseminação dos valores racistas (BLAKEMORE, 2019). Ou seja, ódio e a intolerância eram ensinados e naturalizados dentro do ambiente familiar, transformando-se em um legado transmitido de pais para filhos (BLAKEMORE, 2019).

A Klan criou uma forte comunidade para isso, inclusive organizando acampamentos de verão, como o “Kool Koast Kamp” de 1924, em Rockport, Texas, anunciado como “uma verdadeira recreação familiar sob condições morais de alta classe” para os membros da Klan (BLAKEMORE, 2019). Assim, a Ku Klux Klan construiu um ambiente cuidadosamente planejado para garantir que sua influência permeasse toda a comunidade branca americana, estendendo-se inclusive aos momentos de lazer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, em todos os seus segmentos visíveis, desde a estrutura familiar até as instituições escolares e universitárias, assim como os setores governamentais, está sujeita à influência ideológica, política, econômica, religiosa e cultural, moldando valores, comportamentos e visões de mundo que orientam a formação dos indivíduos e a organização da sociedade.

No caso analisado, a Ku Klux Klan utilizou diversos meios para propagar sua influência nos Estados Unidos, atuando não apenas no campo cultural e político, mas também na educação. Através da instrumentalização da religião, da cultura, dos valores e das instituições educacionais, inseriu-se nas esferas governamentais, familiares e comunitárias, estruturando aquilo que via como o ideal do ser americano: Branco, Anglo-Saxão e Protestante (WASP).

A educação foi um desses instrumentos fundamentais, manifestando-se no controle de instituições, na presença em organizações estudantis e, sobretudo, na

doutrinação das comunidades e famílias, que educavam seus filhos para constituir uma nova geração de membros da organização.

Felizmente, a Ku Klux Klan falhou, ao menos em grande parte desses segmentos educacionais, embora sua imagem persista na mentalidade do racismo estrutural americano, enraizado em uma história de escravidão, segregação e terror racial. Ainda que a Klan não detenha mais a influência que um dia exerceu, sua trajetória nos deixa um ensinamento crucial: grupos extremistas e intolerantes buscam, por meio da educação, moldar os diversos aspectos da vida dos jovens, justamente quando estão em processo de formação de suas personalidades, tornando-os vulneráveis a ideologias perigosas e suscetíveis à manipulação que pode perpetuar preconceitos, discriminações e práticas violentas, muitas vezes disfarçadas sob o manto de tradição, identidade ou patriotismo.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMARANTE. Dirce Waltrick do. Fim de licenciatura de linguística na USP mostra vitória do mercado sobre a educação. Folha de São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/amp/ilustrissima/2025/05/fim-de-licenciatura-de-linguistica-na-usp-mostra-vitoria-do-mercado-sobre-a-educacao.shtml> Acesso em: 25 de Maio de 2025

ANDREASEN, Bryon C. "Thaddeus Stevens: Nineteenth-Century Egalitarian by Hans L. Trefousse: Review". Champaign, IL: University of Illinois Press. Journal of the Abraham Lincoln Association. 2000.

BLACKBURN, Robin. The Reckoning: From the Second Slavery to Abolition, 1776-1888. Verso Books. 2024.

BLAKEMORE, Erin. 'Ku Klux Kiddies': The KKK's Little-Known Youth Movement. Cult Education Institute, 2019. Disponível em: https://www.culteducation.com/group/1015-ku-klux-klan/34573-ku-klux-kiddies-the-kkk-s-little-known-youth-movement.html?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 27 de Maio de 2025

BULLARD, Sara. The Ku Klux Klan: A History of Racism and Violence. DIANE Publishing. 1998

CASH, W. J. *The Mind Of The South*. New York: Alfred A. Knopf. 1941.

DIXON, Thomas Jr. *The Clansman. An historical romance of the Ku Klux Klan*. New York: A. Wessels. 2007.

DIXON, Thomas Jr. "‘THE CLANSMAN’: Its Author, Thomas Dixon, Jr., Replies with Spirit and Good Humor to Some of His Critics". *The New York Times Book Review*. 1905.

DOLLAHITE, David C.; MARKS, Loren D. *Religion and families: an introduction*. New York: Routledge, 2019.

DYER, Thomas G. *The Klan on Campus: C. Lewis Fowler and Lanier University*. *South Atlantic Quarterly*. 1978; 77 (4)

EBERT, Roger. *O Nascimento de uma Nação*. 2003. Disponível em: <https://www.rogerebert.com/reviews/great-movie-the-birth-of-a-nation-1915> Acesso em: 24 de Maio de 2025

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. 1877. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/index.htm> Acesso em: 25 de Maio de 2025.

ESTEVES, Eduarda. *Justiça dos EUA derruba proibição de Trump a alunos estrangeiros em Harvard*. UOL, 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/05/23/justica-derruba-harvard-eua.htm> Acesso em: 27 de Maio de 2025.

FARRAR, Molly. 'Scapegoated and targeted': Harvard international students react to Trump's order to block them from enrolling. *Boston.com*, 2025. Disponível em: <https://www.boston.com/news/local-news/2025/05/26/scapegoated-and-targeted-harvard-international-students-react-to-trumps-order-to-block-them-from-enrolling/> Acesso em: 27 de Maio de 2025.

FONER, Eric. "Expert Report of Eric Foner". *The Compelling Need for Diversity in Higher Education*. University of Michigan. 2006.

FORREST, Nathan Bedford. FORREST TELLS AIMS OF KU KLUX COLLEGE. *The New York Times*, 1921. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1921/09/12/98731696.pdf> Acesso em: 27 de Maio de 2025.

GONÇALVES, Marcelo S. O.; LANGROCK, Isabelle; LAVIOLETTE, Jack; SPOON, Katie. *Book bans in political context: Evidence from US schools*. *PNAS Nexus*, v. 3, 2024.

GORMAN, Kathleen L. The Ku Klux Klan. Minnesota State University, Mankato. 2016. Disponível em: <https://www.essentialcivilwarcurriculum.com/the-ku-klux-klan.html> Acesso em: 23 de Maio de 2025.

HAMBURGER, Philip. The Education Department and the KKK. New Civil Liberties Alliance, 2025. Disponível em: <https://nclalegal.org/opinion/the-education-department-and-the-kkk/> Acesso em: 27 de Maio de 2025

HINTON, Harold B. "Bilbo KKK Avowal Stumps Mississippi – Between 'Why Not?' of Friends and 'He's Clowning' of Foes Is a Fear He Calls Turn". New York Times, The. Vol. 95, no. 32344. 1946.

HORN, Stanley F. Invisible Empire: The Story of the Ku Klux Klan, 1866–1871. Montclair, NJ: Patterson Smith Publishing Corporation. 1939.

KANTROWITZ, Stephen; ROSE, Floyd. Report to the Chancellor on the Ku Klux Klan at the University of Wisconsin-Madison. University of Wisconsin-Madison, 2018. Disponível em: <https://news.wisc.edu/content/uploads/2018/04/Study-Group-final-for-print-April-18.pdf> Acesso em: 27 de Maio de 2025

LESTER, J. C.; WILSON, D. L.; FLEMING, Walter L. Ku Klux Klan: its origin, growth and disbandment. Project Gutenberg, 2010. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/31819> Acesso em: 28 de Janeiro de 2026

LOPEZ, J. L.; MUNOA, G.; VALDEZ, C.; TERRON AYALA, N. Shades of belonging: the intersection of race and religion in Utah immigrants' social integration. Social Sciences, Basel, v. 10, n. 7, p. 246, 2021.

LUCKET, Robert E. "Thomas Hardwick (1872–1944)". Georgia Encyclopedia, 2006. Disponível em: <https://www.georgiaencyclopedia.org/articles/government-politics/thomas-hardwick-1872-1944> Acesso em: 24 de Maio de 2025.

MARANHÃO, Magno de Aguiar. Educação brasileira: resgate, universalização e revolução. Brasília, Plano: 2004.

MARTINEZ, J. Michael. Carpetbaggers, Cavalry, and the Ku Klux Klan: Exposing the Invisible Empire During Reconstruction. Rowman & Littlefield. 2007.

MCVEIGH, Rory. "Structural Incentives for Conservative Mobilization: Power Devaluation and the Rise of the Ku Klux Klan, 1915–1925". Social Forces, Vol. 77, No. 4. 1999.

MENDELSON, Jennifer; SHULMAN, Peter A. "How Social Media Spread a Historical Lie". The Washington Post, 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/made-by-history/wp/2018/03/15/how-social-media-spread-a-historical-lie/> Acesso em: 24 de Maio de 2025.

OITICICA, José. A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos. Rio de Janeiro: Achiamé. 2006.

PARGAMENT, Kenneth I. The psychology of religion and coping: theory, research, practice. New York: Guilford Press, 1997.

PETERSEN, William. Against the Stream Reflections of an Unconventional Demographer. Routledge, 2004.

PRATTA, Elisângela Maria Machado e SANTOS, Manoel Antônio dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus mebrros. Psicologia em estudo, v. 12, n. 2. 2007.

SALISBURY, J. D.; RICHARD, M. S. Leading Beyond the School Walls: Understanding Principal Community Activism. The Urban Review, v. 57, 2025.

STRAIN, Craig. Shearith Israel Renovates.....“All Southern” Lanier University. Morningside / Lenox Park Association, 1981. Disponível em: www.tk-jk.net/mlpadotorg/History/fog0000000080.html Acesso em: 27 de Maio de 2025

SZYMANZKI, Heloisa. A relação família/escola: desafios e perspectivas. 1ª reimpressão. Brasília, Plano Editora: 2003.

TIME. Nation: THE VARIOUS SHADY LIVES OF THE KU KLUX KLAN. 1965. Disponível em: <https://time.com/archive/6833568/nation-the-various-shady-lives-of-the-ku-klux-klan/> Acesso em: 24 de Maio de 2025.

WADE, Wyn Craig. The Fiery Cross: The Ku Klux Klan in America. Simon & Schuster. 1987.

WILLS, Brian Steel. A Battle from the Start: The Life of Nathan Bedford Forrest. New York: HarperCollins Publishers. 1992.

ZAGURY, Tânia. O professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil. Rio de Janeiro, Record: 2006.